



PRESIDÊNCIA

DESPACHO N.º 89/2025

Assunto: Despacho de designação, em regime de comissão de serviço, de Luís Miguel Domingos António, no cargo de **Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa (DDPE)**

No uso da competência que me é conferida pela alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e em conformidade com o disposto no artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, e considerando que:

O procedimento concursal tendente ao provimento, em regime de comissão de serviço, do cargo de Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa (DDPE), do mapa de pessoal do Município de Oeiras, foi aberto por aviso (extrato) n.º 8857/2025/2, publicado na II série, n.º 65 do Diário da República de 02 de abril de 2025, tendo sido igualmente divulgado na Bolsa de Emprego Público com o código de Oferta n.º OE202504/0091, no dia 02 de abril de 2025, e na edição do Jornal “Público” de 4 de abril de 2025.

Analisadas as candidaturas admitidas no presente procedimento, constatou o júri designado para o efeito, que Luís Miguel Domingos António reúne todos os requisitos legais para provimento do cargo de direção intermédia de 2.º grau - Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa (DDPE), sendo o candidato que melhor corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e competências da referida Divisão, e tudo nos exatos termos e com a fundamentação melhor explicitada na proposta de designação, formulada pelo júri do presente procedimento, em anexo, em cumprimento do n.º 6 artigo 21.º da referida Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que faz parte integrante do presente procedimento e que homologuei à data de 21 de novembro de 2025.

Tratando-se de candidato que preenche, assim, as condições para ocupar o cargo de Chefe da Divisão de Desenvolvimento da Política Educativa (DDPE), designo, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 9 e 10 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, adaptada à Administração Local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de

agosto, **Luís Miguel Domingos António**, com direito a optar pelo vencimento do lugar de origem, nos termos e com os limites previstos no n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, em conjugação com o disposto no n.º 1 do artigo 154.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

O cargo para o qual o candidato é designado encontra-se previsto na estrutura flexível do Regulamento Orgânico dos Serviços Municipais de Oeiras, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 221, de 14 de novembro de 2024 (Regulamento n.º 1304/2024) e não se encontra provido em comissão de serviço.

O presente despacho produz efeitos a 01 de dezembro de 2025.

Publique-se.

Paços do Concelho, 20 de novembro de 2025

O Presidente,

1



Isaltino Morais